



**FISCHER, LUÍS AUGUSTO. *DUAS
FORMAÇÕES, UMA HISTÓRIA: DAS IDEIAS
FORA DO LUGAR AO PERSPECTIVISMO
AMERÍNDIO. PORTO ALEGRE:
ARQUIPÉLAGO, 2021. 399 P.***

**FISCHER, LUÍS AUGUSTO. TWO FORMATIONS, ONE HISTORY:
FROM MISPLACED IDEAS TO AMERINDIAN PERSPECTIVISM. PORTO
ALEGRE: ARQUIPÉLAGO, 2021. 339 P.**

Filipe de Freitas Gonçalves*

* lipe.ton.fr@gmail.com
Mestre em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação
em Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (Belo
Horizonte – MG).

O novo livro de Luís Augusto Fischer reúne qualidades por vezes raras no meio acadêmico, ainda mais numa tese para a titularidade em sua área, normalmente espaço dedicado à comunicação mais restrita aos pares. O que primeiro o leitor notará é o tom fluido da prosa, marcada por uma coloquialidade que a atravessa como um todo, produzindo um texto que, literalmente, soa como uma conversa com o leitor, e não apenas o especializado, como também o cidadão médio interessado no assunto. A sensação de que estamos numa conversa não reduz (diria que por vezes até aumenta, já que o obriga a explicar) o rigor teórico e a

profundidade dos argumentos que o autor disserta. Partindo de uma crítica às elaborações tradicionais sobre a história literária brasileira (especialmente Candido e Schwarz) e de uma reelaboração das bases historiográficas sobre o Brasil levada a cabo nos últimos anos por vários historiadores (que poderiam ser representados, acho que justamente, por Jorge Caldeira), Fischer propõe estabelecer um novo paradigma para a história literária que seja capaz de lidar com a diversidade daquilo que é o Brasil, fugindo de modelos presos aos centros de poder paulista e carioca e propondo uma visão descentralizada do país.

Essa tese central desenvolve-se a partir da revisão crítica do modelo tradicional de historiografia literária, daquilo que o autor chama de “modelo Formação” (Antonio Candido) e daquilo que ele também chama de “modelo Ideias Fora de Lugar” (Roberto Schwarz). Mesmo que encarar a crítica de Schwarz como um *modelo historiográfico* seja um pouco precipitado – como ele mesmo admite: Schwarz “nunca reivindicou para o esquema interpretativo designado pela expressão o estatuto de modelo analítico” (FISCHER, 2021, p. 147) –, a crítica que empreende é extremamente criativa para os dois autores: vê em Candido um centralismo baseado, primeiro, na aceitação do modelo historiográfico de corte caiopradiano, e, segundo, na tentativa de canonizar o modernismo paulista como o fim teleológico da história nacional; já em Schwarz, além da aceitação do mesmo modelo caiopradiano e de uma centralização de seu tempo histórico como a batalha final da modernidade no Brasil, Fischer aponta a necessidade de uma mediação política entre as instâncias da sociedade e da economia e a instância propriamente literária. Para ele, faltaria ao modelo de Schwarz a percepção de algumas particularidades de ordem política (a forma do Estado brasileiro no século XIX, a peculiaridade da escravidão carioca e, até mesmo, um aspecto não propriamente político: a extensão do território) que produziriam a peculiaridade das *ideias fora lugar*, que não se manifestam

como tal em outros países em que houve escravidão e liberalismo. Embora algumas questões já possam ser levantadas nesse momento (como, por exemplo, se essas mediações não estariam de alguma forma implicadas nos textos de Schwarz, que opta por uma linguagem abstrata e ensaística e, portanto, não especifica as realidades históricas a que se refere), os questionamentos feitos aos autores parecem-nos pertinentes e produtivos, ainda mais porque deliberadamente partem não de uma negação de seu método, mas da tentativa de levantar novas abordagens ao material histórico tratado por eles.

A partir das inquietações levantadas, Fischer parte para o mapeamento de perspectivas teóricas que poderiam contribuir para a criação desse novo paradigma historiográfico. Nesse momento, lida com dois tipos de novas abordagens: as que revelam novas perspectivas literárias e as que revelam novas possibilidades históricas para pensar o Brasil. No primeiro campo, retoma Angel Rama (cuja recepção no Brasil ainda é precária, dada sua importância para a América Latina e seu diálogo profícuo com Antonio Candido, o que por si já o transforma em figura de nosso interesse), Franco Moretti, Bakhtin e Gould. O que procura nesses autores como um todo é uma nova forma de ler a história literária que não parta do centralismo e do unitarismo e que negue veementemente a teleologia

como dicção do texto sobre história. Assim, a noção de comarca de Angel Rama funciona como um achado teórico importante porque ajuda a pensar as possibilidades de integração de instâncias infranacionais e supranacionais no sistema literário brasileiro; as inovações metodológicas de Moretti com seus gráficos, mapas e árvores abrem novas possibilidades para reagrupar e retrabalhar o material empírico do romance; o romance de Bakhtin, em oposição ao de Lukács e da tradição hegeliano-marxista, aberto para as possibilidades marginais à da modernidade e mesmo não restrito ao campo da modernidade; e, por fim, a crítica de Gould à concepção platônica de evolução, que serve ao autor para a crítica reiterada ao longo de todo o texto ao centralismo idealista do modernismo paulista. Do lado das novas perspectivas sobre o Brasil, aparecem com centralidade Dacanal (professor de Fischer, o que abre um longo trecho marcadamente pessoal, enriquecendo o texto), que introduz ainda em 1970 a base da distinção entre a *plantation* e o *sertão*, aspecto fundamental da nova história que o autor está propondo; Jorge Caldeira, que é o historiador de referência de uma revisão acadêmica, baseada em novas descobertas empíricas que colocam em xeque as visões mais tradicionais sobre o passado nacional, fornecendo a base para a nova formulação sobre a história literária (que aparece mesmo como necessária a partir de novas descobertas econômicas e sociais),

marcada fundamentalmente pela presença da tradição do que o autor chama de sertão; por fim, Viveiros de Castro e seu perspectivismo ameríndio, que é um insumo importante para repensar o país a partir de heranças culturais não-ocidentais e, também, o influxo cultural fundamental do complexo do *sertão*, diferentemente do influxo da *plantation*, marcada pela presença negra.

É a partir dessas aberturas teóricas que Fischer elabora uma proposta de história da literatura brasileira que pretende incluir o universo daquilo que ele chama de *sertão*, cujo maior representante seria Guimarães Rosa. Ele chega mesmo a elaborar sumários, no último capítulo, que poderiam servir como roteiros de trabalho. Muitas coisas já poderiam ser colocadas a seu livro no que se refere às retomadas teóricas que empreende. Poderíamos questionar a forma como lê Candido e Schwarz, ou ainda a aproximação que pretende entre o modelo de Darwin para biologia como uma crítica à teleologia de corte platônico e modelos aplicáveis às ciências humanas. Mesmo que matizado, como aparece em seu trabalho, esse tipo de aproximação enfrenta a dificuldade de lidar com a diferença ontológica entre natureza e sociedade e pode, a despeito de não se configurar de forma simplória em seu trabalho, abrir caminho para confusão e despropósito metodológico. Além disso, poderíamos também questionar

a forma meio abstrata e genérica com que trata Rama e Bakhtin, não se dando ao trabalho de um aprofundamento mais consistente no conjunto de conceitos que esses autores elaboram, ou ainda o fato de que não trata as críticas feitas, no âmbito acadêmico, ao trabalho de Jorge Caldeira.¹ A pergunta que acho mais pertinente não diz respeito a nenhuma dessas questões, porque, a rigor, elas versam sobre detalhes que, num texto com o tom de ensaio como o de Fischer, podem ser relevados pelo arbítrio da escrita. Contudo, ainda assim, creio, há uma pergunta a ser colocada e a formularei de duas formas diferentes.

A questão diz respeito à ideia que perpassa todo seu texto: a inclusão. A tradição do *sertão*, marcada pela influência indígena e por formações sociais heterodoxas em relação à clássica *plantation* de Caio Prado, precisa ser *incluída* na história da literatura brasileira, que seria incapaz de lidar com sua riqueza artística, representada por um Guimarães Rosa, constantemente reduzida ao regionalismo. Essa perspectiva corresponde a um posicionamento político mais geral do autor, enunciado logo no início do livro:

Para filiar meu estudo ao contexto imediato e falar algo mais sobre o meu ponto de vista, cabe observar que, no Brasil, nas três últimas décadas, do fim da ditadura para agora, com a

ascensão de posições políticas de centro e de esquerda reformista ao poder, de FHC até Lula e Dilma, vivemos um momento auspicioso de inclusão social e de certo otimismo quanto ao país. Por mais que agora, com crise do governo Dilma, seu impeachment, o governo Temer e o começo do governo Bolsonaro, haja um céu nublado na vida brasileira [...], e que o horizonte internacional mostre também cenário turvo [...], meu trabalho nasceu, se desenvolveu e se inspira numa esperançosa perspectiva inclusiva. Meu trabalho alinha seu otimismo com o desejo de reformas sociais, tal como ocorreu em outros momentos “formativos” da história intelectual brasileira, como adiante veremos. Para ancorar meu ponto de vista num debate de âmbito ocidental, minha posição se aproxima de Habermas, com sua esperança na ação comunicativa como possibilidade de buscar acordos democráticos, e se afasta da radical negatividade de Adorno que vê a atualidade (pós-Auschwitz) como um irrecorrível “sistema total de ilusões” (FISCHER, 2021, p. 25-26).

(Antes de tudo, é importante notar o acerto na vinculação de sua perspectiva a um posicionamento sobre os problemas imediatos do seu mundo: essa clareza, a de que qualquer elaboração teórico-abstrata parte da tomada de posição concreta diante de problemas concretos, mesmo quando o autor não o percebe, é um dado distintivo num mundo acadêmico cada vez mais marcado pela

1. Cf. SARAIVA (2020), por exemplo.

tentativa – algo inútil, algo ingênua, algo cínica – de uma neutralidade que resguardaria o trabalho científico dos embates do mundo contemporâneo). A questão a ser colocada é que a inclusão é um consenso civilizatório desde os tempos do Iluminismo e que o que de fato interessa é o modo como essa inclusão acontece, suas implicações no conjunto. O problema pode ser abordado numa chave abstrata ou pragmática. O que interessa, a rigor, não é a inclusão de determinados autores na história da literatura brasileira, mas sim a forma como se enxerga sua relação com os que já estavam ali e com os que, junto deles ou depois deles, também aspiram entrar nessa história. Ou seja, quais mudanças na totalidade daquele complexo social se produzirão com a inclusão dos novos integrantes? Quais novos equilíbrios se produzirão? Como se reorganizará o conjunto do fenômeno? Do ponto de vista pragmático, o que interessa não é construir um consenso em torno da inclusão, mas sim descobrir exatamente no que os excluídos serão incluídos. Serão eles parte do Brasil como máquina da modernidade industrial ou serão eles parte de alguma outra coisa? Se serão parte de outra coisa, que outra coisa é essa? Quais são exatamente as condições de sua existência? Qual equilíbrio de forças a mantém? O fato é que, caso essas questões não sejam colocadas e respondidas, estamos diante da repetição do método com

conteúdo diverso, ou seja, temos o fracasso do aspecto propriamente criativo dessa nova empreitada.

Mais preocupado com a crítica dos paradigmas anteriores do que com a fundamentação concreta de um novo, Fischer chega mesmo a dizer, no trecho de sua obra, que a questão da relação entre as duas tradições não é um problema para ele, e nega tentativas de compreender a totalidade da vida brasileira a partir da crítica à Francisco de Oliveira: “Diferentemente dele, meu interesse não é encontrar uma imagem sintética, dual ou una, mas justamente enfatizar, em perspectiva histórica, a coexistência de duas grandes formações históricas, duas longas durações no trajeto brasileiro até aqui” (FISCHER, 2021, p. 344). E isso, algumas páginas depois, concebendo de forma evidente a relação prática que a bibliografia histórica de que se serve vê entre esses dois países:

[...] duas formações históricas que negociaram entre si pelos séculos, unidas pelo laço da escravidão e/ou pelas cadeias de crédito em cuja ponta superior estavam os traficantes de escravos (e na inferior estavam os próprios escravos, claro, mas também os homens livres mais ou menos índios), desde a chegada dos portugueses na costa e sua entrada paulatina e ininterrupta no sertão, que com o tempo vai-se afastando para o interior do continente (FISCHER, 2021, p. 352).

Ou seja, mesmo havendo uma relação prática entre os dois universos históricos de que sua elaboração surge, ele não pretende relacionar, conceitualmente (como faria Francisco de Oliveira no campo econômico), essas duas realidades no campo literário. Para ele, essas duas tradições não perfariam uma totalidade (entendida como rede complexa de relações recíprocas), mas duas linhas que historicamente andariam lado a lado e, em alguns momentos, se entrecruzariam. Ora, é exatamente aí que reside, por exemplo, o interesse metodológico da *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido: a tradição do sertão aparece em sua abordagem na forma do regionalismo, ou seja, dentro do escopo temporal a que ele se dedica, os autores indicados pelo próprio Fischer (ver a tabela da página 348) como fundadores dessa outra tradição no século XIX estão presentes no trabalho de Candido e, o que é absolutamente justo e até necessário, se a intenção é revalorizar o lugar que a *Formação* dá a esses autores, o trabalho é o de reavaliar exatamente a posição (as relações, portanto) que se estabelece entre essa tradição e a outra, dita principal. Para Candido, essa relação se dá no interior de um processo de modernização que engaja o próprio desenvolvimento de nossa literatura; para Fischer, a apreensão conceitual desse processo não parece estar clara.

Retomemos o problema pela ótica da inclusão: se o problema é o de incluir a tradição do sertão em nossa história literária, qual a chave conceitual dessa nova história, ou seja, que totalidade se tirará desse novo universo de referências? Retomando o ponto de vista político: os excluídos serão incluídos exatamente no quê? Se não o serão no universo da cidadania de corte ocidental, no que serão então? Aqui a abordagem do autor parece oscilar. Primeiro, se relemos a citação em que anuncia seu posicionamento político de centro, sua referência a Habermas e sua negação das perspectivas revolucionárias que, afinal, parecem estar fora do horizonte, a resposta deverá ser que a inclusão que se pretende é exatamente nesse Brasil mais ou menos industrial que recebemos da ditadura e que tentamos modernizar politicamente durante a Nova República (1988-2016). E, se essa realmente for a resposta, também do ponto de vista político a questão que colocamos sobre a constituição de uma nova totalidade se recoloca: o problema não é incluir, um consenso civilizatório que a Constituição de 1988 afirma veementemente, mas sim a forma por meio da qual essa inclusão se fará (pela via do consumo, da intensificação democrática etc.). Mas ainda há outra resposta que se pode entrever ao longo do livro: o horizonte de expectativas está além desse que o Ocidente nos oferece na forma da modernização industrial, que aparece mesmo na forma de problema (FISCHER, 2021, p.

334), e passa pela possibilidade de uma novidade brasileira representada pelo perspectivismo ameríndio. O problema é que, se considerarmos essa segunda resposta – *o universo de inclusão é pós-capitalista* –, está então desfeita a redução do horizonte de expectativas que se coloca logo no início e a linha de fuga de seu trabalho passa a ser uma espécie de socialismo misturado com peculiaridades culturais brasileiras (próximo, aliás, das utopias modernistas de um Mário de Andrade, tão criticado ao longo do livro).

Tanto na formulação abstrata quanto na política o mesmo conflito se coloca: nessa nova história da literatura, qual será a nova relação que se estabelecerá entre o *sertão* e a *plantation*? Se a nova historiografia redesenhou essa relação, revelando aspectos fundamentais da vida no interior do Brasil, quais serão os parâmetros para o redesenho da nova historiografia da literatura brasileira? Essas questões, creio, resolver-se-iam no trabalho concreto de escrita da nova história literária. Se a hipótese de Fischer for frutífera (o que suspeito que possa ser), as relações se estabelecerão na tentativa de lidar com o conjunto concreto dos textos e as perguntas colocadas por esta resenha podem ser eventualmente respondidas numa conclusão ao trabalho de enfrentamento concreto dos textos (como é o caso da resposta oferecida pela própria *Formação* de Candido, que elabora sua tese a partir

da empiria). Aliás, está aqui outra qualidade distintiva da perspectiva de Fischer: a valorização sadia que o autor impõe ao mundo empírico e a consciência clara de que a resposta a qualquer pergunta, mesmo as que porventura coloquem seus pressupostos em questão, encontra seu caminho no trabalho concreto com a realidade concreta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FISCHER, Luís Augusto. **Duas formações, uma história:** das ideias fora do lugar ao perspectivismo ameríndio. Porto Alegre: Arquipélago, 2021. 399 p.

SARAIVA, Luiz Fernando. A revolução copernicana de Jorge Caldeira, o cálculo diferencial ao contrário e o trabalho das formiguinhas. **História Econômica e História de Empresas**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 229-247, 2020.

Recebido em: 15-09-2021.

Aceito em: 04-02-2022.